

SOB O SIGNO DO OTELO E DO ZECA

Mário Tomé

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.176.7>

Quando me juntei entusiasticamente ao real projeto de acabar com a guerra colonial, eu estava absolutamente convicto do seu sucesso. Assim, do meu ponto de vista, não estava a pôr em risco nem a minha carreira nem a minha a Liberdade. Tal momento já tinha sido ultrapassado, no outono de 1970, quando, como capitão da Companhia de Cavalaria 2721 no Olossato, Guiné, sob o comando de Spínola, pedi a demissão do Exército alegando ostensivamente estar contra a guerra e contra o governo de Caetano, numa provocação de que, reconheço, tinha sobrevalorizado as consequências, como se veio a confirmar.

Tal fora absolutamente inédito, fora das “normas de execução permanente”. Surpreendente! Mas havia decerto razões para tal. O mal-estar entre os capitães crescia e não convinha atirar achas para a

fogueira, fingindo que estava «tudo como dantes, quartel-general em Abrantes», como veio a confirmar-se em 1973. Quando o Congresso dos Combatentes pretendeu exaltar o esforço de guerra, os capitães, comandantes das unidades na primeira linha, desencadearam o movimento irreprimível que só pararia no *25 de Abril*.

Depois de, oportunisticamente, ter aceitado a proposta do então ajudante de campo, o general Kaúlza de Arriaga, Comandante-Chefe em Moçambique, para o ir substituir – “já cá estou há três anos e preciso de arejar” – fui “apanhado” pela contestação ao referido Congresso ultramontano e nela me inseri com a consciência de que estava no caminho onde tinha entrado em 1970, no Olossato.

Kaúlza, entretanto, foi corrido por excesso de zelo e eu passei de ajudante de campo a adjunto do Comando-Chefe de Moçambique, e é então que passo a pertencer ao Movimento dos Capitães e a integrar a sua Comissão Coordenadora em Moçambique. Com Aniceto Afonso, ambos em “permanência”, e outros camaradas fomos os representantes da Comissão Coordenadora Nacional e os estimuladores da unidade e divulgadores das tomadas de posição nacionais para todas as unidades da Região Militar, usando todos os recursos materiais e técnicos do Comando-Chefe, assim como garantíamos, com os meios da Chefia de Serviço de Reconhecimento das Informações, a cobertura do que se passava no mundo, o que, em si mesmo, foi um importante sustento para o reforço do pensamento crítico e da convicção para luta.

Alvorada em abril: regressei à Escola Prática de Cavalaria (EPC) onde de imediato assumi funções inerentes ao reforço do Movimento, em luta permanente com as escorrências, irredutíveis, como se verificou, do espírito conservador, perante o irromper da revolução popular. Eu era o delegado à Assembleia do MFA.

No período seguinte, ajudei a derrotar o 28 de setembro, colocado na EPC, e o 11 de março, colocado em Cavalaria 7. No verão quente, estive em Lanceiros 2/Polícia Militar, e fui corredor do Documento do COPCON – em confronto com os Nove já novembristas e, hoje, em geral, quase arrependidos.

Apoiante do movimento revolucionário popular e dos soldados – que transformou um «28 de Maio democrático» numa revolução libertadora – fui feito prisioneiro, em Custóias, e, depois, no Presídio Militar de Santarém, durante a farsa do *25 de Novembro*, com o que quiseram colocar uma pedra, que desejaram tumular, sobre uma Democracia de base e o apoio dos soldados ao movimento popular. Do ataque absurdo, já na manhã de 26 de novembro, ao meu regimento, de prevenção rigorosa por ordem do Presidente da República, retenho o diálogo seguinte:

– “Oh pá, quem disparou primeiro?” – perguntou-me o Jaime Neves, três mortos depois.

– “Foi quem mandou cercar o meu quartel numa situação de tensão político-militar” – respondi eu.

A extrema-direita começou a ter o caminho desbastado! Mas todos eles eram socialistas em 26 de abril, fosse lá isso o que fosse. Da entusiástica luta popular construindo um país novo, fomos reduzidos à Democracia do “mercado livre” e da TINA, ou seja, tem que dar lucro. É esse o critério de avaliação¹.

Durante o apoio ao movimento popular, passei de uma necessidade de ação política para um compromisso ético fundamental: bater-me pela utopia comunista, a única que pode orientar a luta dos trabalhadores pela “Liberdade a sério” (Sérgio Godinho), e juntar-me à UDP, de que fui presidente, secretário-geral e deputado.

Durante a prisão na cadeia de Custóias até 23 de abril de 1976, o Comandante Militar do Norte, brigadeiro Pires Veloso, suporte militar dos bombistas de Spínola, Alpoim Calvão e Cónego Melo, fora os que prá aí andam, por duas vezes, montou um estratagema miserável de liquidação física de militares presos no *25 de Novembro*².

É com base na exigência ética que me continuo a posicionar. Batendo-me para que os cinquenta anos da revolução de abril propiciem uma reflexão crítica, tornada ainda mais necessária quanto os alicerces que a partir dela se esboçaram entre risos, abraços e mãos

1 https://youtu.be/KKHoo_g-8ts?si=-zTO2JrbmygkSNsR

2 <https://www.esquerda.net/opiniaao/se-memoria-existe/33828>

à obra têm sido paulatina e cinicamente destroçados pelos herdeiros institucionais. Em nome da democracia, claro! Mas, como um novembro já cavaquista antes de o ser anunciava, a democracia tem servido como líquido amniótico da exploração mais desbragada às ordens do mercado livre subordinado às mirabolâncias da finança geradora de guerras a propósito.

“Grândola Vila Morena/ Terra da Fraternidade/ O Povo é Quem Mais Ordena Dentro de Ti, ó Cidade”, a canção do nosso maior trovador, mestre único na arte da composição sem pauta (!) e do verso do povo para o povo, e, podemos mesmo acrescentar *lincolnianamente* pelo povo, na voz que o universo criou para, como ninguém, cantar a vida, a luta e a utopia que nos continua a guiar, deveria substituir o hino nacional de chamamento píffio à guerra. O cancionero do Zeca é um apelo ao pensamento livre, crítico e criador, orientador da ação e da luta popular. Ele é um verdadeiro programa laico e anti programático – passe a aparente contradição – para a futura e necessária revolução libertadora das grilhetas alienantes do capitalismo, das suas chacinas e genocídios, da guerra infinita, sustentáculo económico e político do imperialismo.

O 25 de Abril nasceu da luta contra a guerra, pela paz e a Liberdade. Não podem reivindicar-se do *25 de Abril* legitimamente os incapazes de impor não só sanções, mas, também, o corte de todas as relações económicas, políticas e diplomáticas com o estado sionista genocida de Israel. Acobardados com a pressão do estado terrorista norte-americano (Vietnam, Indonésia, com um milhão de assassinados, começando pelo próprio Presidente Sukarno, operação Condor, Líbia, Afeganistão, Iraque, Síria – está tudo devidamente documentado e relatado publicamente, e por isso também a iníqua perseguição a Assange), aceitam a corrida histórica ao armamento e à guerra (tem que durar para enfraquecer a Rússia, disse Biden, em Kiev, a pensar na Europa, um mês depois da invasão). Por isso o acordo de paz preparado na Turquia foi inviabilizado. Há uma criminoso preparação material e psicológica para a guerra evocando a preparação para o açougue da primeira guerra mundial.

A Rússia, com o seu ataque alegadamente preventivo, na terminologia tornada moda pelo ataque terrorista dos EUA ao Iraque, foi ajudar ao domínio imperialista na única forma que os EUA têm atualmente de mostrar superioridade, usando claro está os laçaios do costume. A denúncia da estratégia de dominação imperialista é-nos legitimamente imposta na celebração do *25 de Abril*, nos passos bem marcados e poderosos do Grândola Vila Morena e que foram a bússola para o PREC que, no fundo, é o que o povo sempre celebra, mesmo se aparentemente conformado em pleno regime do golpismo novembrista.

Para tal, temos de ir aos fundamentos de todas as conquistas democráticas, sociais, culturais. Eles são bases materiais e não ideológicas, como alguns tentaram fazer passar e conseguiram para dar cabo do processo revolucionário, tornando-o numa mitologia despegada da realidade nacional e internacional. São bases decorrentes da ação e do pensamento crítico e livre e, logo, da vontade e da força da luta: “Contra quem, camarada? Contra a burguesia!!!”.

O *25 de Abril*, sendo determinado pela necessidade imperiosa de acabar com a guerra colonial, face à derrota anunciada frente aos movimentos de libertação, prolongou-se durante o PREC num ambiente nunca visto de luta, liberdade e alegria que pôs em causa a arbitrariedade do poder do capital, que arrebatou os trabalhadores e trabalhadoras para a afirmação perentória dos seus direitos durante tanto tempo ignorados ou sonogados.

O meu *25 de Abril*, o do PREC, a revolução popular que durante 19 meses mudou Portugal até ao *25 de Novembro* dos vampiros pós-modernos, marcou todo um povo trabalhador, cuja ação radical nesse período revolucionário impôs uma Constituição ainda sem paralelo, mesmo que já bastante massacrada por revisões dos liberais e social-liberais autodesignados de social-democratas. No cinquentenário do *25 de Abril*, impõe-se lembrar que o devemos à luta de libertação dos povos colonizados. O *25 de Abril* começou, materialmente, no assalto de 4 de fevereiro de 1961 à cadeia de Luanda por militantes do MPLA. A iminência da derrota do exército

colonial obrigou os seus elementos naturalmente mais esclarecidos, os capitães, na primeira linha de combate, a derrotarem militarmente o próprio exército a que pertenciam.

Se em 25 de abril, há cinquenta anos, derrotámos o fascismo, ganhámos a paz, a liberdade do pensamento crítico e a admiração de todo o mundo, hoje, sob a dominação dos vampiros pós-modernos, Portugal tem como forma de existência a obediência servil, por interposta UE, ao diktat do estado imperialista norte-americano. Mais uma razão para que nós, “os do PREC”, nestes cinquenta anos, evoquemos Otelo, o grande comandante do *25 de Abril* e do apoio à luta popular, e José Afonso, a seu lado, como inspirador da luta anticapitalista, contra a NATO e a guerra, pelo socialismo, único caminho contra a barbárie e o apocalipse. Comemorar *Abril* é com o Otelo e com o José Afonso.

